

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública

Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

08

Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

22

Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza.....

37

Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Julio Candido de Meirelles Junior.....

55

Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....

72

Eixo 2 Educação Pública

Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....

89

Eixo 2 Inovação Pública

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105

Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122

Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139

Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154

Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171

Eixo 4 Sustentabilidade Pública

Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187

Capítulo XIII

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205

Capítulo XIV

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234

Capítulo XV

DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252

Capítulo XVI

INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiary Rodrigues Medeiros.....267

Capítulo XVII

PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283

Capítulo XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300

Capítulo XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Cláudia Maria Sonaglio.....320

Eixo 5 Gestão de Pessoas

Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL

Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336

Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmiento, Roquemar de Lima
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

Capítulo XXII

criação E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali
Primo.....365*

Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas
de Oliveira.....378*

Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

Sobre o organizador.....406

Sobre os autores.....407

CAPÍTULO XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

**Daiane Pereira de Souza
Gabrielli do Carmo Martinelli
Anaysa Borges Soares
Claudia Maria Sonaglio**

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS

Gabrielli do Carmo Martinelli

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS

Anaysa Borges Soares

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Dourados, MS

Claudia Maria Sonaglio

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Ponta Porã, MS

RESUMO: O estado do Mato Grosso do Sul (MS) possuía 24 usinas instaladas distribuída em 19 municípios com safra no total de 119 kg/ton. para o ano de 2015, sendo o estado com maior avanço tecnológico em mecanização da colheita – 97% da área plantada são colhidos de forma mecanizada. O presente trabalho apresenta a evolução de alguns indicadores socioeconômicos a fim de evidenciar os possíveis impactos das usinas no desenvolvimento das cidades sedes. Com tal objetivo analisa-se se houve diferença nas taxas de crescimento do IDH-M no período 1991/2000 e 2000/2010. Além disso, aborda-se a evolução dos diferentes componentes do IDH-M (renda, educação e longevidade). O crescimento populacional e o número de leitos hospitalares também são contemplados, tendo em vista que os investimentos tendem a atrair mão de obra de outras regiões o que gera pressões sobre os serviços. Diante disso, esta pesquisa busca identificar os impactos das usinas sucroalcooleiras nas economias municipais a partir das análises dos indicadores econômicos de desenvolvimento. A pesquisa caracteriza-se como exploratória descritiva e os dados foram analisados por estatística descritiva. Os principais resultados indicam que após a chegada das usinas a análise dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH-M) mostra que houve crescimento nos índices de desenvolvimento no período 2010/2000, porém essas taxas foram menores do que no período anterior 1991/2000. A maioria dos municípios está situada na faixa alta do IDH-M (entre 0,7 e 0,799). Entre os componentes do IDH-M o que apresentou maior crescimento foi educação em todos os municípios.

PALAVRAS-CHAVE: IDH-M, Educação, Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que

desenvolvimento se limita a crescimento econômico. Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes principais (renda, longevidade e educação) viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo. O ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões (ATLAS BRASIL, 2013).

Uma das formas de ver a evolução dos municípios cedes das usinas sucroenergéticas, e seus respectivos crescimento é por meio do IDHM. O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com dados divulgados pela ONU, 2010, o Brasil apresenta IDH de 0,699, valor considerado alto, e atualmente ocupa o 73º lugar no ranking mundial. A cada ano o país tem conseguido elevar o seu IDH, fatores como aumento da expectativa de vida da população e taxa de alfabetização estão diretamente associados a esse progresso.

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. O país produz mais de 632 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano (safra 2014/2015). O Brasil é também o maior produtor de açúcar do planeta, com 36 milhões de toneladas produzidas e 24 milhões de toneladas exportadas no ciclo 2014/2015 - quantias equivalentes a 20% da produção global e 40% da exportação mundial, respectivamente. No caso do etanol, o País é o segundo maior produtor (ranking liderado pelos Estados Unidos). Na safra 2014/2015, o volume produzido atingiu 28 bilhões de litros (UNICA, 2015).

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) se destaca pela fertilidade do solo e pela grande perspectiva que os investidores vêem nesse estado. Segundo Rossini (2003) em 1979, no MS, existiam apenas duas usinas em produção, em 1983 eram oito e duas em fase de montagem. Esse aumento acelerado nesta época era devido aos incentivos do Proálcool que visava incrementar a produção de álcool em todo o Brasil. Após esse período até 2006 o setor passou por uma estagnação e o estado registrou apenas duas novas unidades de produção. A partir de 2007 o setor retomou o crescimento e, atualmente, segundo dados da Associação dos Produtores de Bionergia de Mato Grosso do Sul (BIOSUL), o setor sucroenergético no MS, em 2013, era composto por 24 usinas em operação e 1 (uma) em instalação que estão localizadas em 19 municípios.

As empresas sucroenergéticas do estado do MS têm em sua maioria capital nacional (45%) ou mista (41%), porém, três delas pertencem a grupos estrangeiros.

Essa tem sido a tendência do setor que sistematicamente tem atraído capital externo, em especial com os incentivos fornecidos pelo governo para a produção de energia a partir de fontes renováveis.

Segundo Vieira, (2007), a cana de açúcar é a matéria prima, tanto para combustível como para produção de açúcar. Além desses produtos, obtêm-se a geração de energia elétrica, pela queima do bagaço, que é um subproduto da produção de etanol. Essa energia é utilizada para consumo das próprias usinas e o excedente é vendido para as distribuidoras.

Para o estado do MS, o que vem influenciando as últimas safras foram os fenômenos climáticos, acima das médias históricas em quase todo o período de colheita durante a safra 2015/2016, por exemplo. Usinas ficaram atrasadas com as suas produções, e conseqüentemente suas moagens. Cerca de 10% da safra foi performado no período em que normalmente se dá a entressafra das usinas. 20 unidades operaram neste período. Todas produzem etanol, 11 produzem também açúcar e 12 exportam bioeletricidade excedente. (BIOSUL, 2016).

O volume total de cana-de-açúcar processada foi de 48,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, numa proporção que ainda não havia sido atingido no Estado. O índice de crescimento com relação à safra anterior é de 13%. A região Centro/Sul, onde está concentrada cerca de 90% da produção nacional, cresceu 6,6%. O MS manteve-se na posição de quarto maior estado brasileiro na moagem de cana. (BIOSUL, 2016).

O setor recuperou a produtividade agrícola, atingindo a média de 89,3 toneladas por hectare. No entanto, a produtividade industrial, aferida pela quantidade de sacarose contida na cana, continua abaixo da média, com 126,47 quilos por tonelada de cana. A produção de açúcar, afetada negativamente pelas chuvas, foi de 1,31 milhão de toneladas, volume 2,3% menor que safra anterior. A região Centro Sul também evoluiu, com 3,34%. 76% do açúcar produzido foi do tipo VHP, destinado à exportação, 20% do tipo cristal e 4% refinado. (BIOSUL, 2016).

Segunda a BIOSUL, 2016, a produção de etanol superou a da safra passada em 15,26%. Foram produzidos 707 milhões de litros de etanol anidro, 2,1 bilhões de etanol hidratado, totalizando 2,812 bilhões de litros do biocombustível. Na região Centro/Sul a produção do combustível verde cresceu 6,6%.

O mix de produção foi mais voltado a etanol que o previsto, com 78% da matéria-prima destinada à produção do combustível verde. Foram exportados para o Sistema Integrado Nacional, 2.441GWh de bioeletricidade gerada através da queima do bagaço da cana, um crescimento de 29%. O MS é um dos estados mais avançados no aproveitamento da biomassa da cana para conversão em bioeletricidade. (UNICA, 2016).

A indústria sucroenergética demanda mão de obra qualificada e para atender a demanda, as indústrias de MS já promoveram 19 cursos para requalificar 1.700 profissionais. A meta para o ano de 2014 é treinar mais 3.000 pessoas em parcerias com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) através do Pronatec, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). (BIOSUL, 2016).

A chegada desses empreendimentos agrega benefícios à economia local gerando polos de crescimento. Myrdal *apud* Vieira (2012) fala que o crescimento de um polo urbano-industrial poderia desempenhar efeitos propulsores sobre as regiões menos dinâmicas devido aos efeitos de encadeamento nas demais regiões. Por exemplo, as regiões polarizadas podem ver aumentadas suas exportações, principalmente de alimentos, matérias-primas e algumas manufaturas para os polos urbano-industriais. No entanto, nada leva a crer que os efeitos propulsores permitam o estado de equilíbrio, visto que eles podem ser superados pelos efeitos regressivos.

Hirschman *apud* Vieira (2012), fala que o crescimento econômico seria alcançado por meio de uma sequência de desajustes e os desequilíbrios seriam a forma de as economias (ou regiões) periféricas potencializarem seus recursos escassos. As complementaridades entre as áreas pode ser um meio de reduzir o desemprego disfarçado da região pobre por meio do aumento de suas exportações, um efeito perverso da polarização se daria principalmente pela migração seletiva em direção à região dinâmica.

Perroux *apud* Vieira (2012), mostra que os polos de crescimento destaca a indústria como sendo agente motriz para o crescimento econômico, onde destaca algumas características como: que cresce com uma taxa superior à média da indústria nacional; possui inúmeras ligações de insumo-produto, e apresenta-se como uma chave atividade inovadora.

Segundo Souza (1993), observa a existência de vários polos como o de crescimento, polo de desenvolvimento, polos de integração, eixo de desenvolvimento, e pontos de articulação, todos com suas respectivas funções de interligações de insumo-produto, em que as firmas possuem suas vantagens e seus tipos de formações.

Os efeitos de polos sobre o meio acarretam prejuízos a certas firmas de concorrência perfeita menos eficientes fato que reduz o efeito de polarização provenientes do polo central. Outro problema é a existência de fronteiras, com barreiras alfandegárias, que dificultam a integrar os efeitos de encadeamento em todo o espaço econômico potencial do polo.

A intensidade do crescimento ocorre em pontos do espaço, o mesmo acontece com grandes populações localizadas, por exemplo, próximo a rios, lagos, terras férteis, observada por Adam Smith quando discutiu a divisão de trabalho, e Marshall ao criar o termo “economias externas”. Ao mesmo tempo em que ocorre uma polarização ocorre uma despolarização, sendo que o próprio meio age livremente para essa ocorrência em certos pontos. Para uma política de crescimento menos polarizada pode surgir uma aceleração da tendência natural de mercado, tal política surge uma integração dos espaços desconectados, acelerando um processo que demoraria um certo tempo para acontecer (Souza, 2009).

Os dados em termos agregados destacam a importância do setor para a economia estadual, no entanto, pouco se aborda sobre os impactos nos municípios sede. Diante disso o objetivo deste trabalho é identificar os impactos das usinas sucroalcooleiras nas economias municipais a partir das análises dos indicadores

socioeconômicos de desenvolvimento.

Para atingir este objetivo, os dados de IDH-M foram coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD (2013), o número de leitos foi obtido no DATASUS. O texto está dividido em mais três seções, na primeira uma contextualização do setor sucroenergético, seguido pela discussão dos resultados e por fim a conclusão.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO

A cultura da cana de açúcar no Brasil acentuou-se após a Revolução de 1930, a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que normatizou o setor, deixando os produtores e as agroindústrias canavieiras sujeitos às normas e regulamentos ligados às estruturas de decisão do Estado (CENTENARO, 2012).

Uma fase extremamente importante na historiografia econômica, em se tratando do setor sucroalcooleiro é a fase da regulamentação do setor, que se estendeu dos anos 1930 até o final da década de 1990 do século XX. Os mais diversos matizes e fatos pertinentes ao período se encontram expressas nas políticas e dos órgãos regulatórios constituídos. (PISSINATO, VIAN, 2010. p.2)

Em 1975, o governo cria o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), para ampliar a oferta de álcool e reduzir as importações do petróleo. Em meados da década de 1970 foram produzidas tecnologias mais avançadas para o cultivo da cana de açúcar, incentivados pelo surgimento dos carros movidos a álcool, tecnologia em que o Brasil foi pioneiro.

Os processos das agroindústrias da cana de açúcar passam por três fases distintas de desempenho, definidas pelo PROÁLCOOL, crescimento moderado no período entre 1975 a 1979, expansão acelerada em 1980 até 1985 e desaceleração e crise no programa de 1986 a 1995.

Em 1990 o preço do álcool ainda era definido pelo governo, sendo sobretaxados para que a Petrobras pudesse pagar os produtores de álcool. Os preços dos combustíveis ainda eram regulados pelo governo e os subsídios cruzados entre álcool, gasolina e diesel geravam grandes desequilíbrios econômicos. Ao longo do ano de 1990 o Brasil teve que importar cerca de 1 bilhão de litros de álcool, dado a elevação dos preços do açúcar e a redução do preço do petróleo no mercado internacional. Diante desta crise, o setor precisou se adequar, conforme destaca Centenaro (2012, p.60)

“No regime de livre mercado, sem subsídios, os preços do açúcar e álcool passam a ser definidos conforme as oscilações de oferta e da demanda, os preços da cana passaram a depender de sua qualidade e da participação do percentual nos produtos finais tornando mais competitiva, assim o setor precisou se ajustar a nova realidade”.

O ajuste do setor instigou a iniciativa privada para a construção de novas usinas, tendo em vista que o álcool teria um papel mais importante como combustível no Brasil e no Mundo. O processo produtivo de uma usina gera etanol, açúcar e energia elétrica. Segundo Vieira (2007) a cana de açúcar é a matéria prima, tanto para combustível como para produção de açúcar. A partir da colheita da cana de açúcar, que é rica em açúcares e com pouca água, realiza-se o processo de pesagem e limpeza da planta. O próximo passo é a moagem para a obtenção do caldo da planta.

O caldo percorre algumas etapas como: aquecimento, eliminando microorganismos presentes, decantação para a retirada dos sólidos em suspensão, evaporação, fermentação. É a partir da evaporação que se produz a levedura para a produção do álcool, chamado nesta etapa de mosto. A etapa seguinte é a centrifugação, que separa as células das leveduras do caldo fermentado. A obtenção do etanol vem com as células da levedura reaproveitadas, que partem para uma nova fermentação em seguida, o álcool passa pelo processo de destilação.

Do processo de moagem também se obtém o bagaço, que é um subproduto. Esse pode ser utilizado como adubo, alimentação animal ou para gerar energia elétrica. Essa energia é utilizada para consumo das próprias usinas e o excedente é vendido para as distribuidoras. A Figura 1 abaixo apresenta uma síntese desse processo.

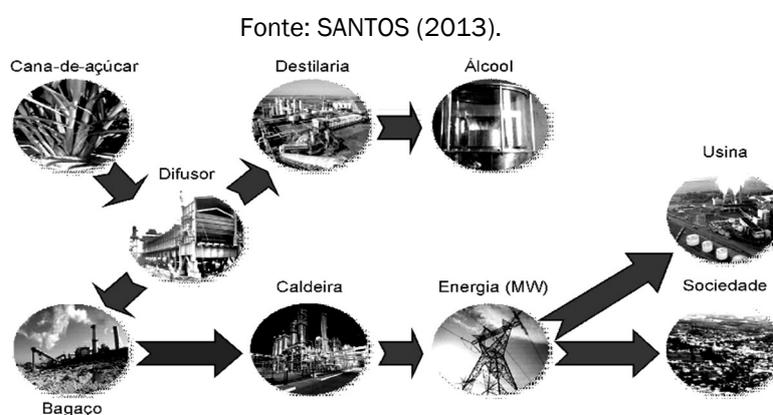


Figura 1: Processo produtivo de uma usina sucroenergética

O estado de MS (MS) oferece incentivos fiscais para usinas que demonstrem interesse em se instalar na região. Segundo a União da Indústria de Cana de Açúcar (ÚNICA), o estado do MS é um dos mais dinâmicos, pois o governo demonstra estar interessado em garantir a territorialização da cana de açúcar e diversificar a produção antes baseada prioritariamente em cultivo da soja e da pecuária em si.

Entre as ações do governo estadual, verifica-se desde 1999, a existência de decretos de descontos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para operações relativas ao setor sucroalcooleiro. Em 2001 foi instituído o Programa MS empreendedor em que se oferece isenção de 67% do ICMS, por prazo de 15 anos,

para indústrias se instalarem no Estado ou ampliarem suas instalações.

Além das reduções de impostos sobre circulação de mercadorias, as empresas sucroenergéticas são dispensadas do pagamento de impostos incidentes sobre as entradas interestaduais, incluindo importações de maquinários e respectivos equipamentos (DALL'ACQUA, 2001).

A construção de usinas visava à produção do combustível proveniente do álcool como o mais importante. Essa cultura vem crescendo cada vez mais no estado, principalmente na região sul, onde antes era destinada a cultura pecuária. No estado também possui ações governamentais para fomentar e organizar o setor. Em 2003 foi criada a Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool do MS.

Por ser um sistema agroindustrial complexo, as usinas de cana de açúcar dependem de fornecedores de cana de açúcar e de bens de capital. Os produtos, álcool, açúcar e energia elétrica, são distribuídos para as distribuidoras (de combustíveis e energia elétrica), indústria de alimentos, atacado e varejo e *tradings* exportadoras (CENTENARO, 2012).

Além dos incentivos fornecidos pelo governo, o estado de MS apresenta condições favoráveis à produção de cana com disponibilidade de terras a preços competitivos, solos apropriados, localização estratégica, próxima dos consumidores e clima adequado. “O MS é uma região atrativa para as indústrias de cana-de-açúcar, sendo notável o aumento dos canaviais e a implantação de novas unidades de açúcar e álcool, e a substituição da pecuária pela cana-de-açúcar” (CENTENARO, 2012, p. 92).

A estruturação do setor na economia do estado ocorre como reflexo aos incentivos recebidos, em especial no período inicial devido aos incentivos do Proálcool que visava incrementar a produção de álcool em todo o Brasil e após 2007, quando o setor começou a retomar o crescimento. Atualmente o MS conta com 24 usinas, como demonstrado na

USINAS	GRUPO ECONOMICO	CAPITAL ESTRANGEIRO	CAPITAL NACIONAL	CAPACIDADE DE GERAÇÃO (KW)	MUNICIPIO
Angélica	Adecoagro	100%	0%	96000	Angélica
Amandina	Adecoagro	100%	0%	40000	Ivinhema
Alcoovale	Unialcool-MS	33%	67%	4200	Aparecida do Taboado
Usinavi	Bertin/Infinity Bio Energy	27%	73%	12000	Naviraí
São Fernando	Bertin/Bunlai	0%	100%	100016	Dourados
Eldorado	ETH Bioenergia	33%	67%	25019	Rio Brilhante
Santa Luzia I	ETH Bioenergia	33%	67%	130000	Nova Alvorada do Sul
Costa Rica	ETH Bioenergia	33%	67%	79828	Costa Rica
Maracaju	LDC-SEV	60%	40%	12400	Maracaju

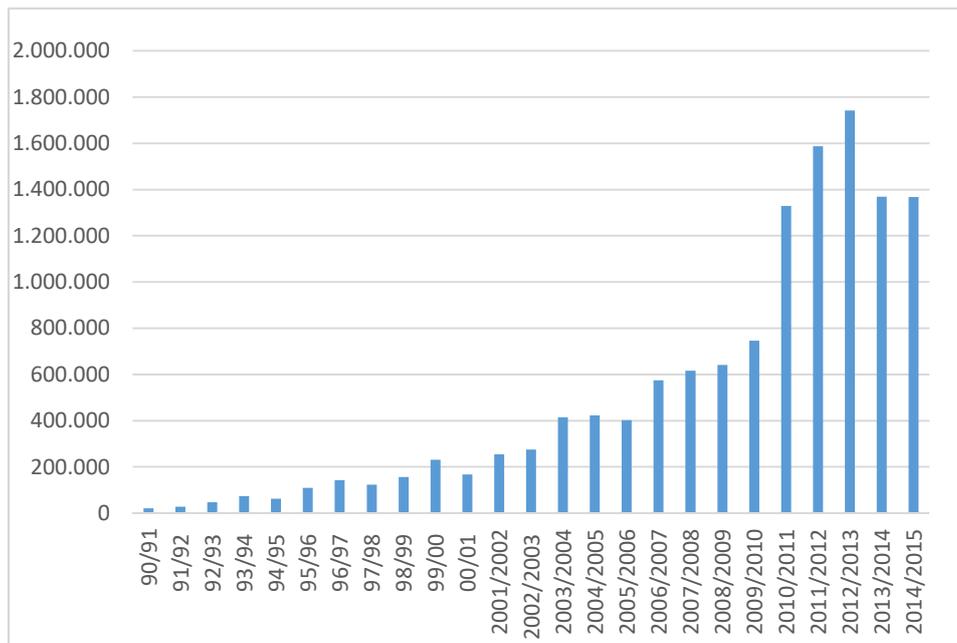
Passa Tempo	LDC-SEV	60%	40%	73800	Rio Brilhante
Rio Brilhante	LDC-SEV	60%	40%	90000	Rio Brilhante
Nova América	Cosan/Shell	49%	51%	76000	Caarapó
CBAA Debrasa	CBAA	0%	100%	0	Brasilândia
Vale do Vacaria	CBAA	0%	100%	156000	Sidrolândia
Monteverde	BUNGE	100%	0%	20000	Ponta Porã
Laguna				2400	Ponta Porã
Vista Alegre	Tonon Energia	0%	100%	75000	Maracaju
laco Agrícola Energética	Grendene/Shimith	0%	100%	31600	Chapadão do Sul
	Irmãos Menegheti	0%	100%	2000	Vicentina
Safi Brasil	Itamarati	0%	100%	4640	Nova Alvorada do Sul
Sonora	Independente	0%	100%	25000	Sonora
Laguna	Independente	0%	100%	0	Batayporã
Dcoil	Independente	0%	100%	4000	Iguatemi
Santa Helena	Independente	0%	100%	35200	Nova Andradina

Fonte: SANTOS (2013).

Tabela 1. Usinas Sucreenergéticas instaladas no estado do Mato Grosso do Sul

As empresas de capital estrangeiro têm no segmento da cogeração uma possibilidade expansão visto o potencial de crescimento e aproveitamento de seu processo produtivo e dado ao aproveitamento térmico das usinas instaladas no estado. Das unidades instaladas no estado, apenas duas unidades ainda não possuem processo de cogeração (SOUZA, 2013).

Conforme dados da Biosul (2016), apresentado na Figura 2, a moagem de cana de açúcar cresceu ao longo do período 1990 a 2015, com destaque a partir de 2006/2007, em que a safra anterior era de aproximadamente mais de 10 milhões passando para mais de 25 milhões de toneladas em 2009/2010. Ganhando maior folego após a crise de 2008/2009, que a partir de 2010/2011 voltou a retomada de crescimento e caindo nessas últimas safras, em decorrência de crises zacionais e climáticas, que fogem do controle humano em questão econômica.



Fonte: Adaptado da BIOSUL (2016)

Figura 2: Quantidade de cana de açúcar processada no MS (em toneladas)

A produção de etanol 2015/2016 superou a da safra passada 2014/2015 em 15,26%. Foram produzidos 707 milhões de litros de etanol anidro, 2,1 bilhões de etanol hidratado, totalizando 2,812 bilhões de litros do biocombustível. Na região Centro/Sul a produção do combustível verde cresceu 6,6%. (BIOSUL, 2016).

A diferença entre o etanol anidro e o hidratado está no teor de água. Enquanto no anidro o teor fica em torno de 0,5%, no hidratado ele chega a cerca de 5% em volume. O etanol anidro é o adicionado à gasolina (E27), enquanto o hidratado é o etanol vendido nos postos de combustíveis. O etanol hidratado sai diretamente das colunas de destilação das usinas produtoras. Já o anidro, produzido a partir do hidratado, passa por um processo adicional que retira a maior parte da água presente. (BIOSUL, 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Atlas Brasil, o índice de desenvolvimento humano é composto por três indicadores, sendo eles: renda, educação e longevidade. O IDH-M tem como classificação entre baixo (menor que 0,599), médio (entre 0,6 e 0,699) e alto (entre 0,7 e 0,799).

O IDH-M renda tem como critério usado a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero).

O componente que mede a educação considera dois indicadores com pesos diferentes. A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade com

peso dois e a taxa bruta de frequência à escola com peso um. O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples, considerados adultos alfabetizados. O calendário do Ministério da Educação indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos.

O terceiro componente é a longevidade. No cálculo do índice municipal considera-se o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida.

Deve se destacar que a evolução destes índices não pode ser atribuída à atividade sucroalcooleira. Contudo, a comparação entre os períodos 1991/2000 e 2000/2010 é uma forma de evidenciar se houve diferenças nas taxas de crescimento e na evolução dos itens que compõe o IDH-M.

IDHM dos Municípios com usinas no estado do MS

Municípios Sede	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Municípios Sede	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M - 2010
Angélica	0,427	0,552	0,697	Maracaju	0,480	0,597	0,736
Aparecida do Taboado	0,473	0,579	0,697	Naviraí	0,446	0,572	0,700
Batayporã	0,401	0,508	0,684	Nova Alvorada do Sul	0,360	0,539	0,694
Brasilândia	0,366	0,547	0,701	Nova Andradina	0,456	0,630	0,721
Caarapó	0,422	0,548	0,692	Ponta Porã	0,495	0,600	0,701
Chapadão do Sul	0,541	0,656	0,754	Rio Brilhante	0,475	0,584	0,715
Costa Rica	0,450	0,596	0,706	Sidrolândia	0,453	0,562	0,754
Dourados	0,512	0,636	0,747	Sonora	0,384	0,553	0,681
Iguatemi	0,395	0,542	0,662	Vicentina	0,421	0,594	0,711
Ivinhema	0,418	0,590	0,720				

Fonte: Atlas (2013).

Tabela 2: adaptado autor IDH-M cidades sedes de Usinas

Em todos os municípios sedes a taxa de crescimento no primeiro período (2000/1991) foi superior que no período de 2010/2000. Porém, destaca-se que em alguns municípios a taxa de crescimento foi maior que a média, a saber: Ivinhema, Vicentina, Ponta Porã e Brasilândia.

A variação do componente renda em alguns municípios mostra estagnação, como é o caso de: Brasilândia, Costa Rica, Iguatemi, Nova Andradina, Sidrolândia e Sonora. Em 60% dos municípios o crescimento da renda no período 2010/2000 foi maior do que o registrado no período anterior 2000/1991. Destacam-se os municípios de Ivinhema, Maracaju e Nova Alvorada do Sul.

Entre 2000 e 2010, se destaca no município de Batayporã com crescimento da renda per capita de 135,58%. Nova Andradina a renda per capita média cresceu 110,47%, no mesmo período. Rio Brillhante, que concentra 3 usinas, o crescimento na renda per capita média foi de 50,65% , crescimento menor do que registrado por alguns municípios que sediam apenas uma usina. Vicentina se destaca com a maior taxa de crescimento (219,51%).

Um aumento na renda per capita das famílias, gera um aumento no poder aquisitivo e traz um aumento no bem-estar social levando a uma maior longevidade. Entre 1991 e 2009 a esperança de vida ao nascer no estado do MS aumentou em 2,9 anos. Em 1991 era de 71,1 anos e passou a 74 anos em 2009. As mulheres vivem, em média, 6,6 anos a mais que os homens. A esperança de vida dos homens ao nascer é de 70,8 anos e das mulheres de 77,4 anos. Para o IBGE (2010) a maior parte da população sul-mato-grossense (28,36%) está na faixa etária de 30 a 49 anos. Em 2009 havia 231 mil pessoas com mais de 60 anos de idade.

As cidades se destacam com o aumento da longevidade são: Caarapó, Brasilândia, Iguatemi e Angélica, pois apresentam taxas superiores à média dos demais municípios. Ressalta-se que nessas cidades também se registra a menor população.

A microrregião de Dourados ganha destaque como a maior microrregião do estado do MS em concentração de usinas sucroenergéticas, dos municípios analisados Caarapó; Dourados; Maracaju; Nova Alvorada do Sul; Ponta Porã; Rio Brillhante; e Vicentina estão localizados nesta microrregião. Foi estimada em 2013 uma população total de 534.220 habitantes, representando 20,65% da população sul-matogrossense.

Os empregos gerados por esses investimentos são atrativos para a imigração de força de trabalho, o que tem impacto sobre o crescimento populacional dos municípios. Comparando o período 2010/1991, somente nos municípios de Ivinhema e Vicentina que houve decréscimo da população. Os demais municípios sedes tiveram aumento populacional, com destaque para Angélica (27%), Chapadão do Sul (21%), Maracaju (21%) e Nova Alvorada do Sul (37%).

Os resultados do IDH-M mostram que o componente de educação foi o que registrou maior crescimento nas variações de 2000/1991 em relação aos outros indicadores de renda e longevidade e, em quase todos os municípios sede das usinas o crescimento foi maior neste período.

Apesar de ter grande crescimento algumas cidades se destacam no período de 1991/2000 como Brasilândia, Iguatemi, Ivinhema, Nova Alvorada do Sul, Sonora e Vicentina, cidades que tiveram variação de crescimento acima de 200%. Percentual que os municípios não crescem com a mesma taxa para o período de 2000/2010.

Outro aspecto importante a ser analisado é o número de leitos por mil/habitantes mostrando o número de leitos que cada cidade dispõe para atendimento da população.

Número de Leitos Hospitalares (por 1.000 habitantes), 2005-2008.

	Número de Leito - 2005	Número de Leitos - 2006	Número de Leitos - 2007	Número de Leitos - 2008
Angélica	4,0	4,2	4,3	3,5
Ivinhema	3,3	3,3	3,4	2,5
Aparecida do Taboado	3,3	3,3	3,2	4,5
Navirai	3,6	2,6	2,4	2,2
Dourados	3,4	3,3	3,8	3,5
Rio Brilhante	1,8	1,7	1,7	1,6
Nova Alvorada do Sul	1,7	1,7	0,8	0,8
Costa Rica	2,6	2,6	2,6	2,8
Maracaju	2,3	2,3	2,2	2,0
Caarapó	3,0	3,0	2,1	1,3
Brasilândia	3,9	3,9	1,5	1,6
Sidrolândia	1,5	1,5	1,4	1,1
Ponta Porã	2,7	1,8	1,8	1,4
Chapadão do Sul	1,2	1,1	1,1	1,1
Vicentina	3,7	3,9	1,1	0,9
Nova Andradina	2,1	2,7	2,6	2,4
Sonora	2,4	2,4	1,7	1,7
Batayporã	2,4	1,9	1,9	2,2
Iguatemi	3,7	3,6	3,6	3,7

Fonte Ministério da Saúde - DATASUS.

Tabela 03: Número de Leitos Hospitalares (por 1.000 habitantes), 2005-2008.

Através da tabela 3, acima, o números de leitos mostra a necessidade de investimentos para este setor, onde há um crescimento populacional, porém não há o mesmo crescimento para o número de leitos ao atendimento populacional.

A relação aos números de leitos, mostra houve diminuição dos leitos disponíveis para cada mil de habitantes, com exceção do município de Aparecida do Taboado que mostrou crescimento positivo nessa relação.

A cidade que mais se destaca é Vicentina que em 2005 possuía 3,7 leitos / mil habitantes e em 2008 o número cai a 0,9 menos de um leito por mil habitantes. A análise mostra que houve redução em quase todos os municípios, indicando necessidade de investimentos para garantir a qualidade dos serviços.

3. CONCLUSÃO

Em meados de 1979 a existência das usinas no estado eram de apenas duas no MS, chegando para 8 usinas em operação no ano de 1983, aumento oriundos dos incentivos do Proálcool, que visavam incrementar a produção de álcool em todo o Brasil. No ano 2006 o setor passou por uma estagnação e o estado registrou apenas duas novas unidades de produção, voltando a crescer em 2007 e retomando o crescimento, até os dias atuais

Através dos resultados dos indicadores de desenvolvimento mostra que em

sua maioria o componente educação é o que mais cresce, seguido da renda e a longevidade. O objetivo da pesquisa era mostrar o impacto das usinas nos municípios sedes, mas não se pode dizer que o crescimento e desenvolvimento das cidades foi oriundo das instalações das usinas sucroenergéticas, sendo o período que mais cresce nas variações foi entre 1991/2000 onde apenas algumas cidades possuíam usinas instaladas. Pode ser um fator que vem ajudando no crescimento e trazendo novos empreendimentos para as localidades, e assim gerando um aumento da renda per capita da população, juntamente com aumento dos empregos e outras variáveis como nível de escolaridade e longevidade.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Atlas Brasil, 2013. **Cidades sedes das usinas – MS**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Atlas Brasil, 2013. **Expectativa de anos de Estudo - MS**. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta> > Acesso em 18 de março. 2016.

Associação de Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul – BIOSUL, 2013. **Agroenergia: realidade e perspectivas para o MS**. Disponível em: http://www.biosulms.com.br/arqv/coletiva_encerramento_12_13.pdf acesso em 17 de março de 2016.

Associação de Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul – BIOSUL, 2013. **Agroenergia: realidade e perspectivas para o MS**. Disponível em: <http://www.biosulms.com.br/arqv/coletiva-de-primeira-estimativa-da-safra-13-14.pdf> Acesso em 17 de março de 2016.

CENTENARO, Moisés. **ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA SUCROENERGÉTICA**. Anais do Encontro Científico de Administração, Economia e Contabilidade, v. 1, n. 1, 2012.

CENTENARO, M. 2012. **Um estudo sobre investimento direto externo no setor sucroenergético do Estado de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 196 p.

Dall'Acqua, Fernando - Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo – **Relatório do Secretário** Disponível em <http://www.fazenda.sp.gov.br/download/secretario/relatorio_secretario_ano_2001.pdf> Acesso em 20 de abril de 2016.

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - **DATASUS E MINISTERIO DA SAÚDE** Disponível em ftp://balcao.saude.ms.gov.br/horde/ripsa/e_recursos/e2.pdf Acesso em 17 de março de 2016.

Organização das Nações Unidas do Brasil - **ONU BR** – - <http://www.onu.org.br/> Acesso em 10 de maio de 2016.

PISSINATO, VIAN; BRUNO; CARLOS EDUARDO DE FREITAS. 2010. **ESTUDO DA EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE MERCADO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO E A PESQUISA AGROPECUÁRIA DE VARIEDADES DE CANA-DE-AÇÚCAR (1930-1990)** 48° SOBER 2010, APRESENTAÇÃO ORAL-Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia, ESALQ USP, PIRACICABA - SP – BRASIL.

Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – **PNUD**. Disponível em: <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home.html> Acesso em 24 de outubro de 2013.

ROSSINI, R. E. **Agra-indústria e Reprodução do Espaço**. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, p. 13-14. 2003.

SOUZA, Ângelo Augusto Gomes dos. **Impacto dos Investimentos Externos Diretos nas Centrais de Biomassa no Estado de Mato Grosso do Sul**. Trabalho de Conclusão de curso Bacharel em Ciências Econômicas apresentada à Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, Ponta Porã. 50 p., 2013.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Polarização e Despolarização Industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Análise Econômica. Porto Alegre: FCE/UFRGS, Ano 8, n13, p.173-191, mar 1990.

União da Indústria de Cana-de-açúcar - ÚNICA - **Moagem prevista para a região Centro-Sul na safra 2013/2014 é de 589,60 milhões de toneladas**. Disponível em <http://www.unica.com.br/imprensa/38837884920325965467/moagem-prevista-para-a-regiao-centro-sul-na-safra-2013-por-cento2F2014-e-de-589-por-cento2C60-milhoes-de-toneladas/> Acesso em 02 de dezembro de 2015).

União da Indústria de Cana-de-açúcar – ÚNICA – Disponível em <http://www.unica.com.br/> Acesso em 25 de setembro de 2016.

VIEIRA, Maria Célia Azeredo, 2007. **Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: Evolução e Perspectivas**. BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). 245 p.

VIEIRA, Rosele M. 2012. **A dinâmica do Mercado de trabalho formal no Estado do Mato Grosso do Sul no período de 1990 a 2010: uma aplicação do método estrutural-diferencial.** Tese de doutorado em Economia do desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

ABSTRACT: The state of Mato Grosso do Sul (MS) had 24 plants installed distributed in 19 municipalities with harvest total of 119 kg / ton. for the year 2015, being the state with the greatest technological advance in mechanized harvesting - 97% of the planted area are harvested mechanically. This paper presents the evolution of some socioeconomic indicators in order to highlight the possible impacts of the plants in the development of host cities. To this end, analyzes was no difference in growth rates of HDI in the period 1991/2000 and 2000/2010. Furthermore, it addresses the evolution of the different components of the HDI (income, education and longevity). Population growth and the number of hospital beds are also included, in order that investments tend to attract labor from other regions which creates pressures on services. Thus, this research aims to identify the impacts of sugarcane mills in municipal economies from the analyzes of economic development indicators. The research is characterized as descriptive exploratory and data were analyzed using descriptive statistics. The main results indicate that after the arrival of the plants the analysis of human development indicators (HDI) shows that there was an increase in development rates in the period 2010/2000, but these rates were lower than in the previous period 1991-2000. Most municipalities are located in the upper range of the HDI (between 0.7 and 0.799). Among the components of the HDI-M presented the highest growth was education in all municipalities.

KEYWORDS: HDI, Education, Development.